

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
Carlos Alberto Richa  
*Governador*

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO  
E COORDENAÇÃO GERAL  
Cassio Taniguchi  
*Secretário*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES  
Gilmar Mendes Lourenço  
*Diretor-Presidente*

Emílio Kenji Shibata  
*Diretor Administrativo-Financeiro*

Julio Takeshi Suzuki Júnior  
*Diretor do Centro de Pesquisa*

Daniel Nojima  
*Diretor do Centro Estadual de Estatística*

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti  
*Supervisão editorial*

Ana Batista Martins  
*Diagramação*

Estelita Sandra de Matias  
*Revisão de texto*

Stella Maris Gazziero  
*Projeto gráfico*

## COMPONENTES DA MARCHA DO PIB DO PARANÁ EM 2010

*Gilmar Mendes Lourenço\**

A revisão e atualização das estimativas de evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e do Paraná, para o exercício de 2009, e os cálculos ainda preliminares para 2010 (tabela 1), realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), permitem a identificação de algumas tendências, determinadas por fatores conjunturais e estruturais.

TABELA 1 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO BRASIL E DO PARANÁ, A PREÇOS CORRENTES DE MERCADO - 1995-2010

(Em R\$ milhões)

| ANO  | PRODUTO INTERNO BRUTO |         |              | VARIÇÃO REAL ANUAL (%) |        |
|------|-----------------------|---------|--------------|------------------------|--------|
|      | Brasil                | Paraná  | Participação | Brasil                 | Paraná |
| 1995 | 705.641               | 40.194  | 5,7          |                        |        |
| 1996 | 843.966               | 48.199  | 5,7          | 2,15                   | 5,36   |
| 1997 | 939.147               | 53.014  | 5,6          | 3,38                   | 1,54   |
| 1998 | 979.276               | 57.101  | 5,8          | 0,04                   | 3,20   |
| 1999 | 1.065.000             | 63.389  | 6,0          | 0,25                   | 0,50   |
| 2000 | 1.179.482             | 69.131  | 5,9          | 4,31                   | 5,38   |
| 2001 | 1.302.135             | 76.413  | 5,9          | 1,31                   | 3,83   |
| 2002 | 1.477.822             | 88.407  | 6,0          | 2,66                   | 1,98   |
| 2003 | 1.699.948             | 109.459 | 6,4          | 1,15                   | 4,47   |
| 2004 | 1.941.498             | 122.434 | 6,3          | 5,71                   | 5,02   |
| 2005 | 2.147.239             | 126.677 | 5,9          | 3,16                   | -0,01  |
| 2006 | 2.369.484             | 136.615 | 5,8          | 3,96                   | 2,01   |
| 2007 | 2.661.345             | 161.582 | 6,1          | 6,09                   | 6,74   |
| 2008 | 3.031.864             | 179.270 | 5,9          | 5,16                   | 4,28   |
| 2009 | 3.185.125             | 189.269 | 5,9          | -0,60                  | -1,20  |
| 2010 | 3.674.964             | 220.368 | 6,0          | 7,50                   | 8,30   |

FONTE: IBGE/IPARDES - Contas Regionais do Brasil

Mais precisamente, os níveis de atividade encolheram -0,6% no Brasil e -1,2% no Paraná em 2009, em face dos reflexos da crise financeira internacional, especialmente no 1.º semestre daquele ano. Já em 2010, os patamares de produção ascenderam 7,5% no Brasil e 8,3% no Paraná, confirmando o delineamento de uma rota de recuperação econômica desde a 2.ª metade de 2009.

\* Economista, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

No caso brasileiro, trata-se da maior expansão desde 1986, ocasião da edição do Plano Cruzado. A dinâmica de 2010 veio do setor industrial (10,1%), com variações de 6,5% na agropecuária e 5,45% nos serviços. Pela ótica da demanda agregada, os ícones foram o consumo das famílias, que cresceu 7,0%, representando a sétima ampliação anual seguida, e os investimentos, que experimentaram aumento de 21,8%, o maior desde 1996, explicado, em grande medida, pela impulsão das importações (36,2%), motivada pela sobrevalorização do real. Mesmo assim, a taxa de investimento situou-se em 18,4% do PIB, inferior ao pré-crise de 2008 (18,7%).

No Paraná, foi a maior performance desde 1993, quando registrou-se incremento de 10,0% em razão da supersafra e das elevadas cotações dos produtos agrícolas nos mercados externos. No ano passado, aconteceram acréscimos expressivos da safra de grãos (32,9%), do valor da produção agropecuária (23,2%), da produção física industrial (14,2%), das vendas reais do comércio varejista (13,5%), entre outros resultados animadores.

No entanto, um exame mais aprofundado do revigoramento brasileiro identifica raízes na valorização dos termos de intercâmbio do País, expressa no acréscimo superior a 30,0% dos preços das exportações frente às importações, entre 2004 e 2010. A reprodução ampliada dessa conjuntura virtuosa, de origem externa, no ambiente doméstico, se deu por meio da disseminação dos programas oficiais de transferência de renda, liderados pelo Bolsa Família, do prosseguimento da política de promoção de reajustes reais no valor do salário mínimo, e da ampliação da oferta de crédito, inclusive com a multiplicação da modalidade em consignação (com desconto em folha).

Essa conjugação de fatores positivos ensejou o delineamento de firme trajetória de evolução do emprego formal e dos salários reais – inclusive com a conquista de reajustes de rendimentos superiores à inflação pretérita, por parte da maioria das categorias de trabalhadores, quando dos dissídios e acordos coletivos – e, por extensão, a elevação do poder aquisitivo dos consumidores, em um ambiente de neutralização das pressões inflacionárias, em razão dos efeitos da apreciação cambial em uma economia aberta.

Na verdade, as estatísticas repudiam a retórica da marola, proferida pelo presidente Lula no último trimestre de 2008, por ocasião da eclosão do *default*. Igualmente, comprovam alguns equívocos cometidos pelas autoridades federais no estágio inicial da gestão da contaminação pela instabilidade externa, entre setembro e dezembro de 2008, principalmente a flexibilização dos recolhimentos compulsórios junto ao Banco Central, sem a redução dos juros, e a venda de dólares no mercado, o que apenas facilitou a vida dos apostadores na apreciação do real e dos aplicadores de somas expressivas de recursos em papéis públicos.

Porém, os números do PIB de 2010 expressam a contabilização dos efeitos positivos das escolhas feitas pelas autoridades econômicas em 2009, com ênfase para a definição de segmentos com elevada capacidade de geração de impactos multiplicadores dinâmicos para frente e para trás, como alvo preferencial dos incentivos fiscais ancorados no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Foram eles as indústrias automobilística, de eletrodomésticos de linha branca, de móveis e de construção.

Também exprimem a maior atuação dos bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) na concessão de crédito, em compensação ao encolhimento das entidades privadas, atemorizadas pela turbulência forânea, apesar das proteções institucionais existentes no País, derivadas dos programas de saneamento setorial implantados nos anos 1990.

Especificamente no Paraná a recessão foi mais intensa, atingindo em cheio as forças motrizes da economia regional, capitaneadas pelo agronegócio e pela cadeia produtiva da indústria automobilística, a despeito de algumas ações anticíclicas deflagradas pela administração estadual na área tributária, no sentido de prevenir ou mitigar o cenário econômico cadente, o que revela o frágil poder de manobra das instâncias políticas locais na reversão de marchas contracionistas produzidas em âmbito externo.

Houve drástica diminuição da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para itens de consumo essenciais, em troca da elevação para combustíveis, energia e telecomunicações; a proposta de preservação dos incentivos fiscais estaduais às empresas privadas, com garantia de manutenção dos empregos; o reajuste do salário mínimo regional bastante acima do nacional e da inflação passada, para as categorias não protegidas por acordo coletivo (como empregadas domésticas e trabalhadores rurais); entre outras medidas.

Por seu turno, a reativação dos patamares de negócios foi levemente mais acentuada no Estado, em virtude da resposta favorável das atividades ligadas ao rural, à indústria automobilística e à construção civil, ao coquetel de benesses de tributos, ao reforço do crédito e ao empuxe dos preços das commodities no mercado internacional, afetado pela demanda chinesa.

Não obstante, é fácil perceber que o movimento ascendente da base produtiva paranaense em 2010 pode ser imputado a elementos pontuais e transitórios, que podem sumir de forma tão instantânea como apareceram. Por isso, o que importa examinar é a perda de dinamismo estrutural da economia regional, em uma etapa de reação ofensiva da economia nacional, durante o maior ciclo de expansão do comércio mundial, depois da 2.<sup>a</sup> Guerra, multiplicado pelo fortalecimento do mercado interno brasileiro desde 2006.

Assim, enquanto o PIB brasileiro cresceu 4,0% ao ano entre 2003 e 2010, o paranaense variou 3,7% a.a., o que fez o peso do Estado na formação da renda interna nacional recuar de 6,4% para 6,0%. Essa diminuição de emboalo pode ser explicada pela redução da produtividade física e financeira do agronegócio, devido às sucessivas estiagens, aos problemas fitossanitários e à ausência de políticas federais compatíveis com o grau de risco setorial.

Houve ainda a interferência do débil arranjo institucional entre os atores públicos e privados do Estado, o que prejudicou a preparação e execução de um programa estratégico de desenvolvimento, incluindo o restabelecimento da necessária presença política do Paraná na esfera federal, o resgate da competitividade da infraestrutura física, notadamente na área de transportes e tecnológica – a exemplo da implantação da rede de banda larga na área de cobertura da fibra ótica da Copel – e a melhoria dos indicadores sociais.

Nesse contexto, o ajuste fiscal do começo do governo Beto Richa, centrado em atitudes concretas na direção da impulsão do investimento, com participação do setor privado, constitui um primeiro passo na direção da reconquista das condições de crescimento econômico sustentado do Estado, com maior grau de interiorização e inclusão social.

Até porque as incursões iniciais da política econômica do governo de Dilma Rousseff, sintetizadas na subida da taxa Selic para 11,75% ao ano e no anúncio de cortes orçamentários superiores a R\$ 50,0 bilhões para o exercício corrente, sinalizam a intenção de correção dos equívocos contidos na manutenção da linha contracíclica de flexibilização monetária e fiscal, mesmo depois da superação do estágio de instabilidade pelo País. Nessa perspectiva, é razoável supor forte desaceleração do ritmo de crescimento dos níveis de atividade em 2011.